



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 13 de maio de 2019
(segunda-feira)
às 16h

PAUTA
32ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Retificações:

1. Inclusão de convidado (10/05/2019 17:10)

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

"Instruir o PLS 580/2015, que Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção"

Observações:

Esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – link: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número-0800612211.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [REQ 36/2019 - CDH](#), Senadora Zenaide Maia

Convidados:

George Lopes Leite

- Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF, Diretor da Escola de Administração Judiciária – Instituto Luiz Vicente Cernicchiaro, Professor de Direito Penal

Luiz Carlos Rezende

- Juiz de Direito - Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - Coordenador do Programa Novos Rumos

Sandro Abel Sousa Barradas

- Diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN

Roberto Lasserre

- Advogado – Seccional do Estado do Ceará

Carolina Costa Ferreira

- Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UNB. Líder do Grupo de Pesquisa “Criminologia do Enfrentamento” UniCeub – CNPq e Professora de Mestrado em Direito Constitucional do Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP

Clarissa Tatiana de Assunção Borges

- Mestre em Direito pela UFMG - Advogada Criminalista, representante do Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD

Junio Netto de Castro

- Representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF

Luiz Antonio Colussi

- Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA